

Pactu

Órgão oficial de informação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

ANO III - Nº 32 - Agosto/99

fe tec **CUT** Brasil
CNB - Sindicato Nacional

O caos de FHC

Não necessariamente os 65% de ruim e péssimo que a última pesquisa classifica o seu governo. Mas o caos que FHC causa à economia brasileira. Se antes, sindicatos, igrejas e partidos de oposição questionavam sua política, agora os mais diversos setores perceberam o quanto é nefasta a política econômica de FHC. Para manter o Real "forte" houve uma abertura indiscriminada às importações com efeitos devastadores. Setores de calçados, têxteis, de alimentos, entre outros, foram extremamente afetados, fecharam suas empresas, desempregando milhares de pais de famílias. Outros setores, que até então sobrevivera a políticas econômicas austeras, estão falindo. É o que acontece com grandes lojas de departamentos, como a Mappin, a Mesbla, as Lojas Brasileiras, entre outras. Outra marca do desastre de FHC são as "privatizações", tidas como a salvação da economia, não mostraram isso. Pelo contrário, causaram demissões de outros milhares de trabalhadores. Soma-se a isso o entreguismo das rodovias à iniciativa privada, encarecendo o frete e elevando custo dos produtos. A alta dos combustíveis tornou a situação insustentável para os caminhoneiros. O favorecimento de FHC a setores ricos como banqueiros, grandes fazendeiros e multinacionais, como a Ford, cobrança de muitos impostos e, de outro lado, pouco investimento na saúde, educação, moradia e na produção de empregos, faz com que a população mostre seu descontentamento. Isso prova que aqueles setores que se opunham à sua política econômica desde o começo do governo estavam certos e não eram "fracassomaniacos". Não resta ao povo outra saída que não seja exigir o afastamento imediato de FHC do poder e a convocação urgente de novas eleições presidenciais. O País ainda tem jeito, mas só sairá desse caos com um governo que se comprometa com os problemas do Brasil, e não com os interesses do FMI e da agiotagem internacional, como faz FHC.



Reforma Tributária PARA PAGAR O FMI OU PARA INVESTIMENTO NAS POLÍTICAS SOCIAIS?

Páginas 4 e 5

Gampanha difícil
*Prepotência dos banqueiros
exige mobilização da categoria*

Páginas 2 e 3

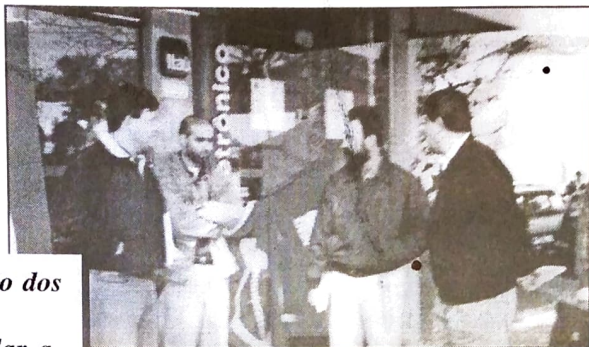
**FIM DO
MUNDO**

Página 7

Banqueiros tentam dificultar a campanha

No primeiro contato entre a Executiva Nacional dos bancários e a Fenaban foi possível tirar uma conclusão de como será difícil a campanha salarial deste ano, frente a intransigência dos banqueiros. Mais uma vez os patrões mostram a disposição em cortar direitos e não atender as reivindicações da categoria.

A intenção dos patrões é desarticular a campanha



Paralisação do Itaú em Guarapuava. Se os banqueiros não cederem, manifestações vão continuar

Além de dizer não à garantia de emprego, como se a reivindicação fosse absurda, a banqueira também descartou o reajuste salarial com base no ICV do DIEESE.

A Executiva espera que a Fenaban, além de elaborar um calendário de negociações, apresente algum índice econômico.

A prepotência do presidente da Fenaban e dono do Itaú, Roberto Setúbal, é vista no seu depoimento de que "os bancários são a elite dos trabalhadores".

Para o diretor de imprensa do PACTU em Umuarama, Wilson de Souza, "Setúbal não está com moral para falar de elite de trabalhadores, nem de empresários. Basta ver os altos

lucros do Itaú no primeiro semestre desse ano".

Os principais alvos dos bancos é a flexibilização de direitos como aumento da jornada, retirada de anuênios, auxílios e gratificações.

Para a CNB/CUT e sindicatos do PACTU, os bancários têm que estar preparados para participar das manifestações no enfrentamento com a Fenaban.

Prepotência aumenta

A Fenaban orientou os bancos a cancelarem as negociações específicas nos bancos. Para o movimento sindical, a decisão da Fenaban deixa claro a intenção dos patrões de desarticular a campanha dos trabalhadores, cortar direitos da categoria e, pior ainda, manter as demissões. A CNB/CUT considera a decisão da Fenaban imprópria, estranha e prejudicial ao processo negocial. A Fenaban não tomou, durante todo o ano, nenhum procedimento para solucionar os problemas dos bancários. Ao contrário, chegou a rejeitar o início da abertura de discussões específicas com a Executiva Nacional, em maio último. Para a CNB/CUT, as negociações específicas com os bancos, além de ser um procedimento desejável e saudável, são as únicas que restaram como processo negocial real. Com a interrupção dessas negociações, toda a expectativa ficou frustrada e a

frustração só aumenta a insatisfação da categoria. Pior ainda se a Fenaban, ao impedir a solução de certos problemas por via da negociação específica, vier para a negociação geral sem propostas para estes problemas. Aí ficará evidenciado que a intenção é mesmo de inviabilizar soluções, ainda que parciais e localizadas.

Eixos da campanha

Os principais itens da minuta são: reajuste de 5,65% de set/98 a ago/99, mais os resíduos de set/94 para cá que somam 4,58%; garantia de emprego, participação nos lucros, combate à terceirização e defesa dos bancos públicos, além de manutenção da jornada de seis horas.

BANCOS PÚBLICOS

BANCO DO BRASIL

O X Congresso do BB definiu salário, educação, emprego, saúde, condições de trabalho e a luta contra a privatização como os principais eixos da campanha desse ano. Na pauta de reivindicações estão, entre outros pontos, 34,04% de reposição salarial (índice estimado para compor as perdas desde setembro/94) e PLR de 25% do lucro bruto. A minuta foi entregue no dia 13/08. As datas indicativas para a primeira reunião de negociação com a direção do BB são os dias 24 e 25/08

CEF

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa apontou como uma das prioridades a campanha contra a privatização da empresa. A campanha deste ano tem ainda como eixos principais a estabilidade no emprego e reposição das perdas salariais de set/94 a ago/99, que somam 37,17%. Assim como no BB, estão previstas negociações nos dias 24 e 25.

BANESTADO

A Comissão de Empresa trabalha para garantir benefícios no pagamento de seguro-desemprego e resíduos do FGTS aos funcionários que aderiram ao PDV. As cláusulas sociais e sindicais estão garantidas até fevereiro de 2000. No Encontro Nacional dos Funcionários do Banestado, realizado nos dias 21 e 22/08, foi aprovada uma minuta com índices econômicos nos mesmos patamares da Fenaban. O Pactu participou do encontro com 15 delegados. A comissão trabalha ainda na elaboração de mecanismos que assegurem a participação dos funcionários na administração de instituições como a Funbep, AB e outras, caso se confirme a doação do Banestado por Lerner.

PACTU

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do PACU

Conselho Editorial

Paranavaí/Neil E. Júnior (fone 044 423-3402/ e-mail: seebpvai@fomet.com.br), Campo Mourão/Nivaldo Simoni (fone 044 823-3492/e-mail: seebcmcut@start.com.br), Toledo/Valtair C. Apolinário (fone 045 252-1851/e-mail: sbtr@toledonet.com.br), Umuarama/Assis Chateaubriand - Wilson de Souza (fone 044 622-1979/e-mail: seebumu@fenixnet.com.br) e Guarapuava/Elói Myszka (fone 042 723-1371/e-mail: sebgpva@almix.psi.br).

Jornalista: Joel Guedes

Tiragem 3 400 exemplares

Enquanto o trabalhador recebe salário de fome e convive com o medo do desemprego...

Veja como é vantajoso ser banqueiro no Brasil

ITAÚ: O lucro do Itaú no primeiro semestre de 99 chegou a R\$ 1,094 bilhão, um aumento de 178% em relação a 98. Foi o maior lucro da história de um banco brasileiro num período de apenas seis meses.

BRDESCO: Registrou lucro de R\$ 460,7 milhões este ano, resultado 6,87% superior ao mesmo período de 98.

UNIBANCO: O lucro líquido deste banco no primeiro semestre foi de R\$ 307 milhões que, comparado ao mesmo período de 98 representa um crescimento de 24,5%.

HSBC: Teve lucro de R\$ 176,5 milhões nos primeiros seis meses, representando um salto de 224% em relação a 98.

MERIDIONAL: Teve lucro de R\$ 72,5 milhões, o que significa 58,52% a mais do que o registrado nos primeiros seis meses do ano anterior.

Plenária Nacional da CUT

Realizada entre os dias 17 e 20/08, em São Paulo, debateu os principais problemas dos trabalhadores brasileiros. Desemprego, estrutura sindical atrelada ao governo e principalmente a incapacidade do governo FHC em resolver esses problemas, foram os mais debatidos. Para Edilson José Gabriel, diretor do PACTU em Umuarama e participante da Plenária, "o melhor re-

médio seria uma mudança na política econômica que privilegiasse o desenvolvimento econômico e a criação de empregos". O que seria impossível com FHC. Por isso, a Plenária deliberou pelo enfrentamento a esse governo, através das armas que estão ao alcance dos trabalhadores, como atos públicos, abaixo-assinados e outros tipos de manifestações.

...eles vão muito bem!!!

Os bancos privados brasileiros tiveram a melhor rentabilidade da história no primeiro semestre deste ano.

Uma avaliação da consultoria Austin Asis, publicada na imprensa, mostra que o lucro dos banqueiros ficaram, na média, duas vezes maior do que o habitu-

al. No geral, tiveram 35,35% quando normalmente atingem 15%.

No ano passado, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 11,02%. De acordo com a análise da Consultoria, que se baseou em 15 balanços publicados, a rentabilidade do setor já é uma

das maiores do mundo. Para a Austin Asis esse lucro "é uma transferência de renda da população para os banqueiros".

E nesta transferência de renda estão a dos trabalhadores bancários, que não recebem parte desses lucros como produtividade.



O PACTU lançou a campanha no dia 03/08. Em Umuarama, houve participação dos Sindicatos dos Comerciantes e dos Vigilantes na coleta de assinaturas para os abaixo-assinados

Campanha difícil

Nas últimas campanhas os Sindicatos têm inovado, e feito praticamente com os dirigentes. A inovação começou no PACTU em 96, unificando a campanha nos cinco sindicatos próximos. Nos últimos dois anos, essa estratégia, além de regional passou a ser também nos grandes centros. Em 97 a categoria fechou o centro administrativo do Bradesco, na cidade de Deus, em São Paulo. Para aquela atividade, por causa do tamanho, os sindicatos contrataram dois helicópteros. Em 98

foi a vez de fechar o centro financeiro de São Paulo. Outra dificuldade é a atual estrutura sindical, que permite a intervenção do governo e Judiciário nas relações patrão/empregado. Essas intervenções dos sindicatos de bancários das capitais estão sentindo no caixa. Paralisações, mesmo que parciais, estão sendo multadas pela Justiça do Trabalho, a pedido dos bancos. Essas multas variam de 50 a 100 mil reais. É por todas essas circunstâncias que temos sempre falado que os

sindicatos precisam de muita criatividade para tocar campanhas. E que os bancários precisam participar mais das atividades do sindicato. Este ano os sindicatos, no encaminhamento das campanhas específicas de bancos, já realizaram paralisações no HSBC, Itaú e Unibanco. Além de novas paralisações, os sindicatos do PACTU estarão realizando nos próximos dias reuniões nos locais de trabalho para discutir as campanha salarial dos bancários.

ACM e FHC querem mais impostos

Um para agradar o FMI o outro, de repente, virou um “São Francisco”, depois de 40 anos ajudando a elite, resolveu acabar com a pobreza...

Para muitos economistas, analistas políticos, partidos de oposição e para a maioria da população brasileira, a proposta do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, de criar um imposto para combater a pobreza, não passa de mais uma

Acordo com FMI, tira dinheiro da saúde e da educação

jogada demagógica e eleitoreira do PFL. Pois, além da proposta não ser a ideal por vários motivos, esse partido tem apoiado amplamente as políticas de FHC que privilegiam os grandes grupos econômicos, entre eles os banqueiros. A mesma política de entrega do patrimônio público, doa dinheiro público a instituições de crédito falidas e não faz nada para reduzir os mais altos índices de desemprego de toda a história no Brasil. Por aí dá para ter uma idéia da reforma tributária e fiscal que ACM e FHC dizem ser prioridade nos próximos meses. Para cumprir o acordo com o FMI, de economizar 28 bilhões de reais, a proposta de reforma tributária de FHC apenas incorpora alguns impostos e cria outros, mantendo e, em alguns casos aumentando, o peso dos impostos no bolso de todos os brasileiros. Parte desse dinheiro (12,2 bi) será conseguida com corte de gastos do governo, tirando dinheiro

da saúde, da educação e da reforma agrária, sem contar os aumentos das tarifas públicas como telefone, água, luz, reajustes sucessivos nos preços dos combustíveis e as taxas de juros lá em cima. A outra parte (15,8 bi) será conseguida com aumento de impostos. Por outro lado, a proposta do presidente do Senado foi considerada um disparate total. Basta lembrar que o mesmo senador foi o grande responsável pela intermediação que resultou na concessão de benefícios de mais de R\$ 6 bilhões para a Ford se instalar na Bahia (reduto eleitoral de ACM) onde além de não pagar impostos estaduais, receberá isenção federal de R\$ 180 milhões por ano até 2001.



PROTESTO

Corrupção e desemprego marcam o governo FHC. A população responde com protesto, aprovando abaixo-assinados que pedem o fim das privatizações, criação de CPI para investigar venda da Telebrás e o afastamento imediato de FHC

Por que a proposta de ACM é eleitoreira?

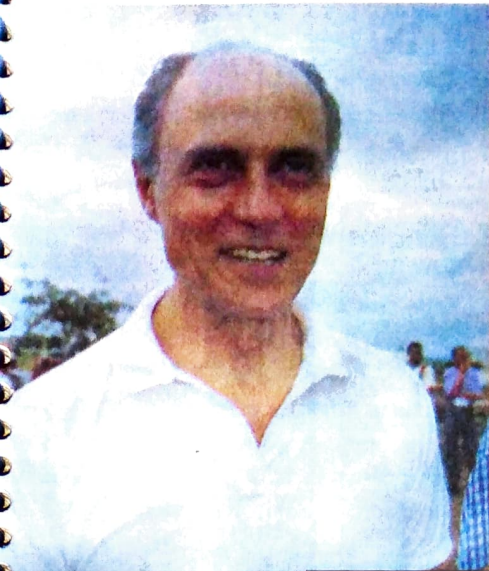
✓ **A maior parte dos recursos do fundo antipobreza proposto por ACM viria de receitas das quais a União, Estados e Municípios dependem hoje.**

✓ **Dos até R\$ 8 bilhões que o fundo pretende arrecadar anualmente, mais da metade é simples remanejamento de recursos já disponíveis hoje, mas que não são investidos em áreas sociais porque o governo FHC destina ao pagamento de juros da dívida externa.**

✓ **Para formar o fundo teoricamente destinado a combater e erradicar a pobreza, seria necessário tirar dinheiro de programas como apoio a micro e pequenas empresas, financiamentos destinados à geração de empregos e projetos de infra-estrutura. Ou seja, na prática o dinheiro não sairia do bolso dos mais ricos, como afirmou ACM.**

✓ **Há um risco de provocar aumentos nos preços quando as empresas repassarem para o consumidor o aumento de seus custos.**

Oposição tem proposta melhor



Suplicy: projeto de renda mínima parado na Câmara

Para os partidos de oposição, o presidente FHC e seus aliados não têm interesse em acabar com os problemas básicos do atual sistema tributário, arcaico e deficitário. O entendimento, que é compartilhado com o movimento sindical e trabalhadores, é que uma verdadeira reforma tributária deve atacar, ao mesmo tempo, a evasão

fiscal, impedir a renúncia fiscal dos estados, garantir uma estrutura progressiva dos impostos de forma que quem tem mais paga mais, preservar as receitas públicas e democratizar o controle dos gastos do governo. Mas não é só isto: uma reforma tributária justa pressupõe, entre outras coisas, a elevação da progressividade do

Imposto de Renda da Pessoa Física, a criação do Imposto de Renda Negativo para os setores de baixa renda, a regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas, e ainda a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (o que significa facilitar a sobrevivência financeira das empresas com geração de empregos e produção).

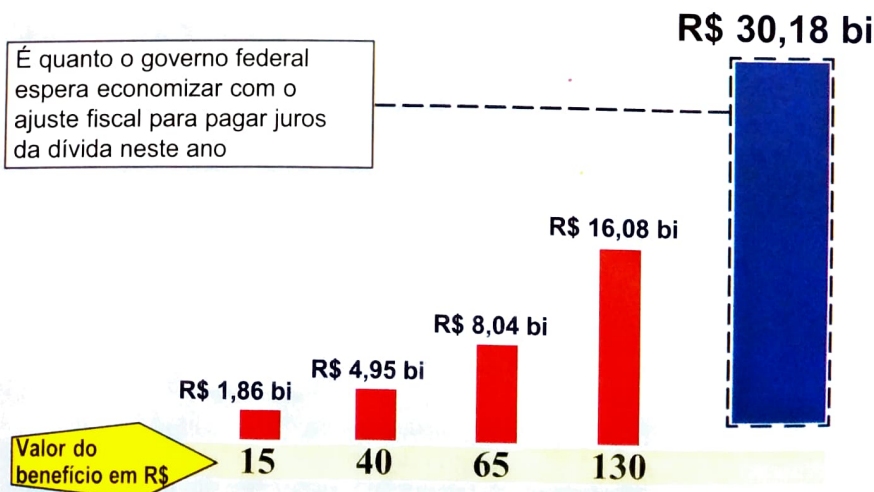
Projetos antipobreza que já estão no Congresso

PROJETO	AUTOR	O QUE É	SITUAÇÃO
Programa de Garantia de Renda Mínima	Senador Eduardo Suplicy (PT/SP)	Garante rendimento mínimo para todos os cidadãos maiores de 25 anos. O governo daria uma compensação financeira às pessoas com renda inferior a um determinado nível. O projeto prevê a implantação gradual do programa.	Foi aprovado no Senado e está parado na Câmara.
Imposto de Renda Negativo	Bancada do PT na Câmara	Beneficiará pessoas com renda de até três salários mínimos, que terão uma compensação financeira. As regras de acesso ao imposto de renda negativo serão definidas em lei.	Foi aprovado no Senado em 1989 e está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara
Imposto de Solidariedade	Bancada do PT na Câmara	Incidirá uma única vez sobre o patrimônio familiar superior a R\$ 40 milhões e empresarial superior a R\$ 100 milhões. A alíquota será de 10% e o valor do imposto poderá ser pago em quatro parcelas anuais. A proposta proíbe a restituição do valor pago	Está na comissão especial de reforma tributária da Câmara

Quanto o governo gastaria com um programa de renda mínima

Subsídios total necessários para beneficiar 10,3 milhões de famílias com filhos de até 14 anos e renda per capita inferior a R\$ 68 (meio salário mínimo)

É quanto o governo federal espera economizar com o ajuste fiscal para pagar juros da dívida neste ano



“Na média os 20% que ganham mais na população tiveram uma renda anual de US\$ 18,5 mil, enquanto os 20% que ganham menos receberam apenas US\$ 578 por ano”

“Relatório da ONU deste ano coloca o Brasil no posto de campeão mundial da desigualdade”

Projetos da oposição estão engavetados

Para comprovar que a jogada de ACM é demagógica e que FHC não se preocupa nenhum pouco com a miséria que assola grande parte da população das regiões mais pobres do país, basta lembrar que não fizeram nenhum esforço para aprovar projetos da oposição para combater a miséria, engavetados no Congresso há muito tempo. Um deles é de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT/SP), que garante rendimento mínimo às famílias carentes, apresentado e aprovado no Senado em 1991 e até hoje parado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. O PT também tem projeto em discussão na comissão que cuida da reforma tributária que, para a oposição, poderia ser um instrumento de distribuição de renda. Esse projeto prevê a criação de um imposto de solidariedade (para patrimônios até R\$ 100 milhões) e ainda o imposto de renda negativo, que beneficia, com compensação financeira, quem recebe até três salários mínimos.

Marcha dos 100 mil contra FHC e FMI PARA SACUDIR BRASÍLIA...

Mo dia 26 de agosto, trabalhadores de diversas categorias, partidos de oposição e o movimento sindical de todo o país, que compõem o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, estarão participando da "Marcha dos 100 Mil". Será uma grande manifestação contra a política recessiva de FHC.

O desemprego, a falta de investimentos sociais, CPI's que não dão resultado, corrupção, privatização e a demora na execução de uma política de reforma agrária serão os principais temas trabalhados durante a manifestação.

A intenção é chamar a atenção da sociedade para o estado de caos que FHC tem levado o país. Os acordos com o FMI aceleraram o processo de abertura indiscriminada do país ao capital



Marcha dos 100 mil vai protestar contra a política de FHC e FMI

especulativo internacional, a destruição do patrimônio público e ao favorecimento a banqueiros e agiotas de toda espécie.

O governo FHC vem propondo que não tem disposição para combater problemas que afetam toda a sociedade, principalmente o trabalhador. Só nesse ano, cortou mais de R\$ 4 bilhões em

gastos com educação, saúde, reforma agrária, política agrícola e industrial e moradia popular. Se não bastasse, FHC continua favorecendo alguns setores, entre eles o financeiro.

A "Marcha dos 100 Mil" também vai pedir a renúncia de FHC e a convocação imediata de novas eleições presidenciais.

A intenção também é pedir a renúncia de FHC

Além de entregar ao Congresso Nacional abaixo-assinado pedindo abertura de CPI para investigar a privatização do Sistema Telebrás e um manifesto contra a intenção do governo de privatizar os bancos federais, entre eles o BB e a CEF.

Os sindicatos do PACTU participam da organização e da marcha à Brasília.

Só podia ser proposta de Lerner

Quando o senador paranaense Roberto Requião disse que se pudesse o governador do Paraná venderia a baía de Guaratuba e os peixes do Rio Paraná, ele não estava brincando.

Se depender da vontade de Jaime Lerner, todos os proprietários rurais do Paraná, inclusive os de pequeno porte, estariam su-

jeitos ao pagamento de mais um imposto, desta vez incidente sobre a utilização dos recursos hídricos,

O projeto de Lerner estava parado na Assembléia Legislativa desde 1997, mas numa manobra de Lerner e da bancada governista, voltou a ser discutido no início de julho.

Pela proposta, Lerner quer tributar a utilização da

água nas propriedades rurais, o que significa dizer que aquele agricultor que mantém uma pequena horta em sua propriedade, um tanque de criação de peixes ou um simples bebedouro para os animais que cria para o sustento da família, terá que pa-

Lerner quer tributar a utilização da água

gar imposto.

Se for aprovado, o projeto de Lerner vai inviabilizar atividades de subsistência nas pequenas propriedades rurais e contribuir para o aumento dos latifúndios no Paraná.

Graças a atuação firme dos deputados de opo-

sição no Paraná, não foi desta vez que Lerner conseguiu êxito em mais uma tentativa de aprovar a matéria.

Apesar de ter várias emendas rejeitadas, inclusive uma que propõe a isenção de pequenos e médios agricultores do pagamento do novo imposto, a oposição resistiu à investida do governador e o projeto foi novamente engavetado.

Os caminhoneiros e a política de FHC

As péssimas condições das rodovias, falta de segurança, aumento abusivo dos pedágios, baixo preço dos fretes e aumentos consecutivos nos preços do combustível foram as principais razões que levaram os caminhoneiros de todo o país a paralisarem suas atividades e conseguiram um acordo razoável.

Os caminhoneiros são trabalhadores autônomos que suportaram medidas econômicas de outros governos. Mas as de FHC extrapolam todos os setores da economia. E os caminhoneiros, como foi visto, não suportaram a política econômica de FHC. Por aí, vê-se que não é possível abusar infinitamente da paciência de todos sem provocar uma reação.

Romaria da Terra denuncia exclusão social

A 14ª Romaria da Terra do Paraná, promovida pela Comissão Pastoral da Terra e o Fórum de Organizações de Trabalhadores Rurais da Região Centro Sul do Paraná, com apoio do movimento sindical e diversas entidades solidárias, aconteceu no último dia 22/08, no município de Rebouças, a 170 Km de Curitiba.

Este ano, a Romaria celebrou a resistência dos agricultores familiares, que buscam na terra alternativas de sobrevivência com dignidade.

Também denunciou o descaso e o abandono da agricultura familiar por parte dos governos, que negam os financiamentos, aumentam os juros, abrem as fronteiras e geram sempre mais miserabilidade para o povo no campo e na cidade. A 14ª Romaria da Terra chamou a atenção

dos governos e da sociedade para a consequência dos mercados globalizados e abertura das fronteiras, o empobrecimento da agricultura familiar, o endividamento rural, a falta de assistência técnica e pesquisa para os pequenos agricultores, a exploração e a precarização das condições de trabalho, degradação do meio ambiente e outros problemas de ordem estrutural, político e governamental que influenciavam negativamente no desenvolvimento da agricultura familiar.

Por outro lado, também foram celebradas as riquezas culturais, a diversidade étnica, as conquistas históricas e a importância e potencialidade da agricultura familiar para o desenvolvimento do país como a saída para o desemprego, a fome, a exclusão social e outros males que atingem hoje a Nação.

Toledo

Atividades em agosto:

7/8 - Fundação da Central de Movimentos Populares de Toledo. Participação no seminário sobre Saúde do Trabalhador, em Cascavel.

11/08 - Assembléia dos empregados da CEF e do BB.

14/08 - Participação no seminário sobre a interferência da comunidade nas políticas públicas, com presença de Daniel Passos (Dieese/Pr) e Geraldo Aparecido da Silva (CUT/Pr).

21 e 22/08 - Participação na segunda etapa do Curso de formação de Dirigentes Sindicais de Base (Projeto Alicerce). Com os monitores da Escola Sul Valtair Apolinário (do PACTU em Toledo) e Floraci de Paulo (Sind/Saúde de Cascavel)

23/08 - Participação no Curso II de Formação de Formadores na Escola Sul.

26/08 - Participação na "Marcha dos 100 mil". A diretoria aprovou o envio de pelo menos um ônibus à Brasília para reforçar a manifestação contra o governo FHC.

Pactu

É o fim do mundo...

ACM propõe o não pagamento por parte de governos estaduais, de dívidas cobradas na Justiça (os precatórios). Seria a subversão à ordem. ACM pediu a prisão do líder do MST, João Pedro Stédile, quando trabalhadores famintos saquearam caminhões de alimentos... Quem é que vai pedir a prisão de ACM, que está cometendo ilegalidade explícita?

ACM vem botando a culpa em Pedro Malan pelo desastre da política econômica. Esquece ele que o patrão de Malan é FHC.

ACM quer acabar com a pobreza. Para analistas políticos, a proposta tem fins eleitoreiros. Ele quer ser presidente. Para a oposição isso seria o fim do pobre mesmo.

Novo Projeto da Reforma da Previdência de FHC incentiva os trabalhadores não se aposentar com 35 anos de contribuição. Propõe que se o trabalhador pedir aposentadoria com 41 anos de contribuição recebe um percentual a mais. De quanto seria a economia para os cofres da Previdência com os trabalhadores que morreriam entre os seis anos de espera? Sem contar que vem embutido no projeto um corte de 27% do salário para quem se aposentar.

Mas o mundo pode mesmo acabar para os aposentados brasileiros, se a bancada ruralista negociar com FHC a aprovação do projeto da Previdência em troca do não pagamento das dívidas dos fazendeiros. Ou fazendeiro precisa de aposentadoria do INSS?

R\$ 1,094 bilhão é o lucro líquido do Banco Itaú só no primeiro semestre de 99. Enquanto isto, milhares de empresas falem por culpa de FHC. Pena que essas empresas não tinham R\$ 2,5 milhões para ajudar na campanha eleitoral de FHC, como fez o Itaú.

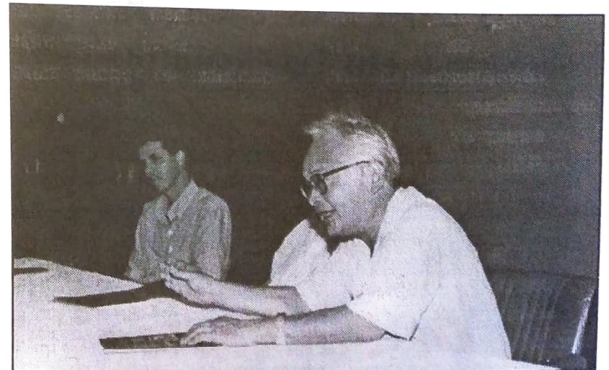
Alguns fazendeiros riquíssimos usam um monte de pequenos agricultores para rolar mais uma vez suas dívidas impagáveis e com evidências de que poderá sobrar, mais uma vez, para o Banco do Brasil um calote de R\$ 9 bilhões.

PACTU lança livro de Biondi

Os Sindicatos do PACTU realizaram coquetéis no último dia 13 de agosto, para o lançamento do livro "O Brasil Privatizado", do jornalista Aloysio Biondi. O livro traz um diagnóstico completo das privatizações no Brasil e apresenta detalhes da manobra neoliberal de FHC, que utilizou recursos públicos para promover o entreguismo das empresas públicas, muitas delas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Mostra ainda a derrotada do Plano Real, os privilégios que o governo FHC oferece aos

grandes grupos econômicos, as consequências dos acordos com o FMI e como FHC vem preparando a venda

dos bancos públicos federais. Os livros estão disponíveis no Sindicato pelo preço simbólico de R\$ 3,00 cada.



Ivo Sooma, advogado e defensor das causas sociais, com Edilson José Gabriel, diretor do Pactu, no lançamento do livro em Umuarama

Reforma agrária:

Uma saída para o desemprego

As vezes vemos na grande imprensa expressões como vou criar o movimento dos "sem-F.1000", dos "sem-bancos" e por aí adiante, no sentido de diminuir a reivindicação dos sem-terra. Talvez por falta de compreensão ou por compromissos do dono do veículo de comunicação, não percebem que o movimento reivindica terra para 4 milhões de famílias produzir para si e ainda gerando renda. O que não aconteceria com as F.1000 que, a propósito, é um excelente utilitário que toda agricultura familiar deveria ter uma para facilitar o escoamento da sua mini-produção,

mas ela, especificamente como objeto de luxo, não gera renda. E muito menos os bancos, onde os seus donos, os banqueiros, são vistos como sócios da miséria e cúmplices da corrupção. Por isso, as comparações entre as reivindicações dos sem-terra com os "sem-banco" e "sem-F.1000" não são cabíveis. Os assentamentos dos trabalhadores no campo evitam o inchaço das favelas, o crescimento do tráfico, do roubo e de todo tipo de desgraça que assola as grandes cidades, entre elas o desemprego.

O Banco da Terra
O Banco da Terra não vai realizar a reforma agrária necessária, pois os recursos são



Lavoura de arroz em acampamento de sem-terra na região de Umuarama

insuficientes e as pessoas que vão se enquadrar nas exigências para ter acesso ao crédito nesse Banco são poucas. Uma das exigências derruba muitos candidatos. É a comprovação de que já trabalhou na terra por pelo menos cinco anos. Além disso, o financiamento para a

compra da terra é caro. Enquanto que nos assentamentos do MST, encontram-se vários pais de famílias que atuavam em outras profissões extintas nos últimos dez anos, nos governos dos "Fernandos" Collor e Henrique Cardoso. Prova disso é a categoria dos bancários, que em 1989

eram 900 mil e hoje são 430 mil bancários. Onde estão trabalhando os 470 mil demitidos? O mesmo aconteceu com trabalhadores de outras categorias. Os assentados do MST organizam-se em cooperativas que contam com todo o apoio técnico necessário para o trabalho na terra.

PACTU comemora o Dia do Bancário

CAMPO MOURÃO BAILE DOS BANCÁRIOS Com a Banda FRUTO PROIBIDO

Dia 28 de Agosto/99, a partir das 23h30
Local: Clube 10 de outubro

Como acontece todos os anos, o Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Região, promove o badaladíssimo Baile dos Bancários em comemoração ao DIA DOS BANCÁRIOS. PARTICIPE!

Paranavaí: MPB dia 27, a partir das 22 horas no Restaurante Vertente e confraternização no domingo, dia 29.

Guarapuava: Torneio de Futsal (28/08) o dia todo

UMUARAMA

Em Umuarama, JANTAR DANÇANTE na Chácara dos Bancários, dia 28/08, com início previsto para as 20h30. Os convites estão à venda por R\$ 6,50 cada (no Sindicato).

Confraternize-se

Os Sindicatos do PACTU desejam aos bancários uma boa confraternização e votos de melhores dias!